

ÁGUAS DE SUAPE: FORTALECIMENTO DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA HÍDRICA-AMBIENTAL

WATERS OF SUAPE: STRENGTHENING OF THE MANAGEMENT AND HIDRO -
ENVIRONMENTAL GOVERNANCE

GOUVEIA, Enildo L.

Instituto Federal de Pernambuco; enildogouveia@recife.ifpe.edu.br

CAMBOIM, Jackeline F. F. bolsista superior do curso de licenciatura em geografia/IFPE –
jackelinefenanda833@gmail.com

SILVA, Misael José da. colaborador externo da rede estadual de ensino de Pernambuco –
misaelloistica@hotmail.com

Resumo

O Projeto de Extensão Águas de Suape - Fortalecimento da Gestão e da Governança hídrica e ambiental foi desenvolvido durante o ano de 2018 nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que compõem a Microrregião de Suape no Estado de Pernambuco. O projeto teve como objetivo principal contribuir para o fortalecimento dos espaços de participação social a partir da promoção de atividades formativas com os professores da rede municipal de ensino dos dois municípios e com as comunidades impactadas pela instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS. O projeto além de proporcionar momentos de formação sobre a realidade hídrica e ambiental proporcionou também a integração entre a academia e a sociedade no tocante a troca de conhecimentos e a construção de estratégias de enfrentamento a realidade. Nesse sentido, destaca-se a socialização através dos relatos feitos por representantes das comunidades impactadas que despertou ainda mais o interesse dos envolvidos em entender a dinâmica hídrica e ambiental da área.

Palavras-chave: Gestão e Governança; Suape; Formação e Participação Social.

Abstract

The waters of suape: strengthening of the management and hidro - environmental governance project was developed during the year 2018 in the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca that integrates the Suape Microregion in the State of Pernambuco. The main objective of the project was to contribute to the strengthening of social participation spaces through the promotion of training courses with teachers of the municipal education network of the two municipalities and with the communities impacted by the installation of the Suape Industrial and Port Complex - CIPS. The project, besides providing moments of formation on the water and environmental reality, also provided the integration between Academy and Society in the exchange of knowledge and the building up of strategies to face reality. In this sense, socialization stands out through the reports made by representatives of the impacted communities that had their attention focused in understanding the water and environmental dynamics of the area.

Keywords: Management and Governance; Suape; Training and Social Participation

1 Introdução

A maioria das pessoas partilha o consenso sobre a importância que a água assume para as mais diversas e essenciais atividades humanas e ecológicas, o que faz dela, um recurso de extrema importância à vida. Ao mesmo tempo, agravam-se os problemas relacionados à água dentre os quais podemos citar: o aumento da demanda, a qualidade das águas ameaçadas pela poluição hídrica, as alternativas para conter o desperdício, reuso e a proteção dos mananciais, dentre outros.

Embora o planeta Terra seja em sua maior parte composto por água e, apesar do Brasil possuir a maior reserva de água doce do mundo, aproximadamente 12% do total, a distribuição e o acesso a este bem não se faz garantido para todos. Convivemos com regiões onde há escassez hídrica enquanto outras detêm uma maior disponibilidade. Todavia a disponibilidade não garante o acesso, pois há problemas de ordem natural, político e tecnológico.

Diante desse quadro tem-se discutido a questão da gestão e da governança dos recursos hídricos como uma forma de superação destes problemas e mediação de conflitos. A gestão dos recursos hídricos e a governança das águas para serem efetivas precisam estar em diálogo com a gestão e a governança ambientais, visto que os problemas hídricos são também enquadrados dentro da perspectiva ambiental e os problemas ambientais terminam por afetar também os recursos hídricos.

Um dos elementos fundamentais no processo de Gestão e Governança hídrica e ambiental são os espaços colegiados de discussão (no caso deste trabalho foram considerados os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei 9433/1997, e os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMAS, previstos na legislação municipal. O fortalecimento de tais espaços de participação social, além de ser uma prerrogativa legal é também, uma necessidade diante do quadro de degradação hídrica e ambiental, visto que estes espaços cumprem o papel de fiscalizar, propor e realizar ações de combate ao quadro de degradação hídrico-ambiental.

É nesse contexto da necessidade de formação da Sociedade Civil para atuação nestes espaços responsáveis pela Gestão e Governança hídrica e ambiental na Microrregião de Suape que surge o projeto de extensão Águas de Suape para tentar suprir a demanda formativa bem como, contribuir para a

elucidação da problemática. Em seu primeiro ano de implantação o objetivo geral projeto foi de *fortalecer os espaços de formação e participação social responsáveis pela gestão e governança hídrico-ambiental*. Além desse destacam-se:

- Identificar as principais dificuldades e potencialidades dos espaços de formação e participação;
- Realizar oficinas e atividades formativas sobre a realidade hídrica-ambiental da Microrregião de Suape;
- Estimular a participação e o empoderamento social a partir da compreensão da realidade hídrica-ambiental e do envolvimento em ações como Dia Mundial da Água, Semana do Meio Ambiente etc.

Assim, o projeto Águas de Suape visou preencher as lacunas presentes no imaginário social (professores, pescadores, agricultores) sobre a realidade socioambiental da Microrregião de Suape e divulgar a existência dos espaços de participação responsáveis pela Gestão e Governança hídrica e ambiental.

2 Fundamentação Teórica

A Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH foi instituída pela Lei 9.433 de 1997 e tem por base o modelo francês de gestão dos recursos hídricos. Tal modelo pressupõe a descentralização da gestão e o entendimento que a água é um bem de domínio público dotado de valor econômico (BRASIL, 1997). Antes, porém, a constituição federal de 1988 já preconizava a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SNGRH. Na prática, o processo de gestão dos recursos hídricos deve se articular também com a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA criada em 1981.

A partir da década de 1990 surge primeiramente no campo econômico e posteriormente no campo ambiental o conceito de Governança. Para Leal (2012) a Governança remete na literatura internacional ao conceito de ‘*empowerment*’. Assim,

Os ideários e padrões de governança têm sido resultantes de engenharias políticas heterogêneas e se suportado em princípios conceptivos distintos, quase sempre antagônicos e sujeitos, freqüentemente, a crises de legitimação eleitoral e a descontinuidade das ações do setor público municipal. (LEAL, 2012, p. 73)

A Governança é a “eficiência do Estado na execução da política pública” (FIGUEIREDO, 2016, p. 4) e tal eficiência só é alcançada com a participação da sociedade. No caso da Governança das Águas, esta deve se dá, sobretudo, no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs¹, mas também, na efetivação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos previsto pela Lei 9.433/97 que são: A) Os Planos de Recursos Hídricos; B) Enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes; C) Outorga do direito de uso; D) Cobrança pelo uso dos recursos hídricos; E) A criação do Sistema de Gerenciamento de recursos hídricos.

A Governança das Águas é, portanto, o conjunto de “sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos disponíveis para aproveitar e gerenciar os recursos hídricos, e distribuir os serviços hídricos nos distintos níveis da sociedade” (GWP, 2002, p. 02).

De modo geral, podemos entender que a Governança determina a Gestão, pois se refere a uma variedade de articulações que os governos devem ter para efetivar a gestão. Por outro lado, no processo de efetivação da Gestão os participantes devem ter a compreensão das complexas relações que estão inseridas na problemática dos recursos hídricos e que, não só interferem como podem determinar o êxito do processo. Assim, faz-se necessário pensar não só nos condicionantes naturais, mas também, nas articulações jurídicas, culturais, políticas, econômicas existentes, fato que embora seja desejável, está distante de ser concretizado.

3 Metodologia

Inicialmente é preciso dizer que para a concretização do projeto seguimos as trilhas de compreensão da Geografia Socioambiental proposta por Mendonça (2001). Esta perspectiva visa entender e explicar a realidade a partir das complexas relações existentes entre a sociedade e o meio ambiente. Assim,

Toda a discussão envolvendo os recursos hídricos insere-se no debate ambiental e, portanto, numa dinâmica complexa de variáveis socioambientais- complexidade socioambiental, que nem sempre estão explicitadas. Tal caráter confere um desafio de se conseguir entender a

¹ Os CBHs compõem fazem parte do Sistema de Gerenciamento juntamente com as Agências de Água e o conselho nacional de recursos hídricos – CNRH.

função e o comportamento destas variáveis (condições naturais, Crescimento econômico, urbano industrial, atuação do Poder Local, Governança etc.) frente às pressões sobre os recursos hídricos (disponibilidade, aumento da demanda, poluição, etc.) (GOUVEIA, 2017, p.18).

Para a execução do projeto realizou-se um longo processo de contatos com o público-alvo que foi basicamente formado por professores/as das redes de ensino de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho e dos pescadores, agricultores e colaboradores do Fórum Suape Socioambiental².

Semanalmente a coordenação esteve reunida para avaliar e traçar os passos de efetivação do projeto, bem como, produção de materiais de suporte às formações.

Em decorrência do processo formativo com os professores foram realizadas cinco atividades presenciais (02 com professores do Cabo de Santo Agostinho, 02 com professores de Ipojuca e 01 com o Fórum Suape). Elaborou-se também, um folder com a síntese das informações socioambientais da Microrregião com uma linguagem e ilustrações acessíveis. Este folder foi entregue e discutido com o público-alvo.

Como ponto de destaque no processo de desenvolvimento do projeto, foram realizadas duas Aulas de Campo com os professores das áreas de Geografia, Artes e Ciências da rede municipal de Ipojuca à Comunidade Quilombola Ilha das Mercês.

3.1 Caracterização da Área de Estudo

A Microrregião de Suape (Figura 01) corresponde a Microrregião de nº 19 de Pernambuco. Essa microrregião é composta pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que compõem junto com outros 13 municípios a Região Metropolitana do Recife – RMR.

² Ong parceira do projeto e que desenvolve um acompanhamento jurídico, formação e mobilização das comunidades afetadas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS.



Figura 01

Embora a Microrregião seja banhada por outras bacias hidrográficas (Figura 02), as Águas de Suape compreendem aqui os rios das Bacias do Ipojuca (UP 03) em seu baixo curso e Bacia GL 2 (UP 16) formada pelas bacias do Rio Jaboatão e Pirapama. Estas bacias banham total ou parcialmente os municípios da Microrregião de Suape.



Figura 02

As taxas de urbanização dos municípios componentes são de 74,1% para Ipojuca e 90,7% para o Cabo de Santo Agostinho (DINIZ & ROCHA, 2015). Juntos estes dois municípios totalizam uma população de aproximadamente 300 mil habitantes (IBGE, 2018).

O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal desses municípios em 2010 era de 0,686 para o Cabo de Santo Agostinho e 0,619 para Ipojuca. Este dado mostra que, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, a velocidade do desenvolvimento verificado em Suape em decorrência da instalação do CIPS, os indicadores socioeconômicos não tem acompanhado o mesmo ritmo, fazendo com que haja bolsões de pobreza nestes municípios.

Por situar-se na interface com a Zona da Mata pernambucana onde, segundo SRH (2008) e ANA (2010) estão 80% dos recursos aproveitáveis, as condições naturais da Microrregião de Suape proporcionam uma disponibilidade hídrica que tem sido amplamente utilizada na atualidade e com perspectivas de ampliação futura, para satisfazer as diversas atividades que dependem deste recurso e, para reforçar o abastecimento da RMR, onde apenas com a entrada em operação da barragem de Pirapama, o aporte foi acrescentado em cerca de 50%.

Ao longo dos anos as alternativas para resolver o problema do abastecimento na capital e RMR sempre contaram com as Águas de Suape. Isto tem provocado uma pressão, pois há um claro aumento da demanda das diversas atividades como agricultura, indústria, abastecimento da Microrregião e da própria RMR. Além disso, verificam-se impactos de ordem qualitativa em função da ineficiência do sistema de saneamento básico dos municípios e dos lançamentos de efluentes industriais e agrícolas nos corpos hídricos de Suape.

De acordo com Gouveia (2017), Suape encontra-se inserida na Região de Desenvolvimento Metropolitano do Recife-RD12, instituída mediante a Lei 12427 de 2003. E por estar situada na Zona da Mata Sul suas feições fisiogeográficas são marcadas pela monocultura da cana-de-açúcar, herança do período colonial.

4 Resultados e Discussão

Dos contatos com o público-alvo foram feitas apresentações públicas do projeto e de seus objetivos e metas que resultaram nas atividades de: formação com

os professores/as das Redes Municipais de Educação do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, participantes do Fórum Suape Socioambiental.

A maior contribuição do Projeto Águas de Suape foi a de oportunizar aos professores/as o convívio com as comunidades impactadas. O projeto ajudou a dar visibilidade e voz a tais comunidades na Microrregião de Suape. A presença de representantes dessas comunidades e também de representantes do Fórum Suape nas formações realizadas com os professores/as proporcionou trocas de experiências com o diálogo entre a academia e as experiências de vida. Além de explicitar a problemática dessas comunidades que na maioria das vezes são ignoradas pela propaganda oficial dos governos que buscam apenas exaltar os benefícios econômicos trazidos a partir da instalação do CIPS.

A partir da realização das formações (Figuras 03 e 04) e da aula de campo na Comunidade Ilha de Mercês (Figura 05), verificou-se que os professores em sua maioria desconheciam a realidade socioambiental de Suape.



Figura 03



Figura 04

Ao longo das formações foram apresentados aos professores elementos como: expulsão das famílias, proibição do plantio, luta pela certificação de Quilombola, falta de acesso à água, saúde e agricultura entre outros. Com relação aos professores notou-se o grande volume de perguntas realizadas por eles, o que demonstrou não apenas um interesse por parte dos mesmos, mas também um despertar para ação.



Figura 05

No decorrer da Aula de Campo foram verificadas algumas casas derrubadas, os mangues suprimidos e aterrados, lançamentos de efluentes nos rios. Além disso, foi possível observar as formas arbitrárias com que Suape tem agido. Desse momento podemos destacar a importância da aula de campo no processo formativo deles, pois, enquanto formadores não poderiam deixar de conhecer *in loco* a realidade socioambiental de Suape, e assim fazerem suas leituras e aprimorar seus conhecimentos para o exercício de suas práticas pedagógicas.

Destaca-se ainda a apresentação do Projeto no Seminário de Agroecologia (Campus Belo Jardim) e Seminário de Geografia e Interdisciplinaridade (Campus Recife). Além disso, os resultados parciais foram apresentados durante a mostra dos projetos de extensão do campus Recife. Já os resultados finais foram apresentados durante a realização do VI ENEXT – Encontro de Extensão do IFPE realizado de 04 a 06 de dezembro de 2018 no campus Vitória de Santo Antão – PE.

5 Considerações Finais

Inicialmente é preciso dizer que ao longo da execução do projeto ocorreram alguns entraves para realizá-lo tais como: parte da equipe não cumpriu com sua função e objetivo, choque de agendas entre o projeto e as coordenações de professores, transportes para execução das atividades e não retorno por parte de algumas comunidades contactadas. Embora tais problemas encontrados tenham impactado de algum modo o projeto, eles não impediram seu desenvolvimento e, por isso, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados.

Na busca de fortalecer os espaços de formação e participação responsáveis pela gestão e governança hídrica-ambiental, foram realizadas formações, aula de campo, reunião sistemática com a coordenação do projeto e participação em eventos científicos. Tais ações não só geraram resultados significativos para o público-alvo, mas também foi apresentando a dimensão socializadora de conhecimentos proporcionada pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX/Superior).

Nesse sentido destacam-se as formações por sua contribuição ao conduzir os professores e dar visibilidade e voz àqueles/as que são afetados pelo CIPS. Além disso, percebeu-se a empatia por parte dos professores ao verem e ouvirem as falas dos que sofrem com as ações arbitrárias (derrubadas de casas, expulsão das terras,

violência física e psicológica, entre outras), bem como, ao conhecerem melhor a real dimensão da importância dos recursos hídricos nesse contexto.

A oportunidade proporcionada aos professores de três disciplinas distintas verem *in loco* a realidade da comunidade permitiu construir laços de aproximação entre estes e as comunidades, a partir dos quais se espera que os conhecimentos adquiridos possam ser trabalhados em sala de aula na rede municipal. Ao conhecerem não apenas o território, mas também as suas “dores” terão mais propriedade não apenas de ministrar seus conteúdos, mas, sobretudo, de multiplicar a vivência.

Vale ainda ressaltar que as dificuldades encontradas no desenvolvimento das ações não estiveram relacionadas à falta de interesse do público alvo, pelo contrário, eles foram os maiores entusiastas nas ações com vistas a promoção de uma prática educativa que dialogue da melhor forma possível com o contexto em que estão inseridos.

Por fim, ao encerrar esse ciclo novos traços são desenhados para o ano vindouro, são eles: a renovação do projeto, a inserção das atividades no planejamento anual dos professores e do Fórum Socioambiental de Suape e a intensificação das atividades nas comunidades impactadas da área, além de promover o conhecimento e a aproximação dos espaços responsáveis pela Gestão e Governança hídrica-ambiental (Comitês de Bacias, Conselhos Municipais de Meio Ambiente etc.). Essas perspectivas irão se somar com as realizações deste primeiro ano e contribuir ainda mais com o fortalecimento dos espaços de formação e participação responsáveis pela gestão e governança hídrico-ambiental.

Referências

ANA – Agência Nacional de Águas. **Atlas Brasil**: Abastecimento urbano e água - resultados por estado. Brasília: ANA/Engecorps/Cobrape, 2010.

BRASIL. **Lei Federal 9433/1997** – Institui a Política Nacional de e Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília – DF: 1997.

DINIZ, Fabiano Rocha Diniz; ROCHA, Danielle de Melo. A Região Metropolitana do Recife e o “interesse incomum”: Dimensões da governança de uma metrópole institucionalmente fragmentada. *In*: SOUZA, Maria Ângela de Almeida; BITOUN, Jan (Orgs.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **Recife: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FIGUEIREDO, Laís Lopes. Conflitos ou (des) conflitos ambientais? Reflexões sobre a ideologia e governança das águas. *In: Anais do XVIII Congresso Nacional de Geógrafos*. São Luís – MA: AGB, 2016.

GLOBAL WATER PARTNERSHIP - GWP. **Dialogue on Effective Water Governance**: learning from the dialogues. GWP. Stockholm, Sweden, 2002. Disponível em: www.waterinfo.gr/pages/GWPfolderGovernance.pdf.

GOUVEIA, Enildo L. **Governança das águas em Suape**: Por Entre Território, Crescimento e Poder Local. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sobre os municípios brasileiros**. Disponível em <idades.ibge.gov.br/brasil/panorama> Acesso em 03/11/2018.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Papel dos atores econômicos na governança das cidades brasileiras. **Revista Movimentos sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012.

MEDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. **Revista Terra Livre**, n.16, São Paulo: 2001.

REIS, Thiago Nogueira de Vasconcelos et. al. Influence of the Industrial Port Complex of Suape (Western tropical atlantic) on the biodiversity and biomass of phaeophyceae. **Revista Tropical Oceanography**, v. 39, n. 2. Recife: UFPE, 2011.

RICHARD, Sophie; RIEU, Thierry. Uma abordagem histórica para esclarecer a governança da água. *In: JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo de Almeida (Orgs.). Dimensões Político Institucionais da Governança da Água na América Latina e Europa*. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Orgs.). **Conflitos Socioambientais em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento**. Recife: Abril, 2008.

Recebido em dezembro de 2018.

Aprovado em junho de 2019.

Publicado em julho de 2019.